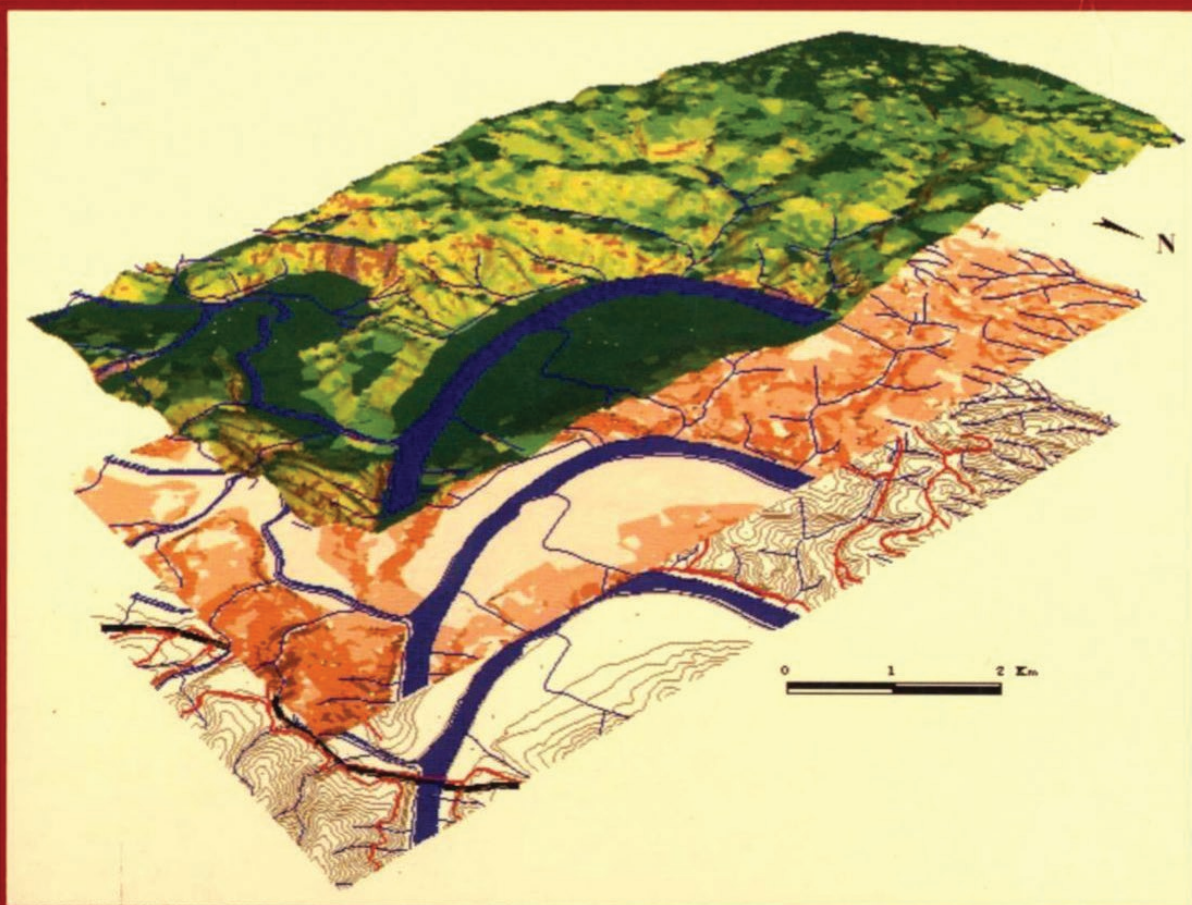


CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS · UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA 2000 N.º 19



ACOLHIMENTO AOS NOVOS ALUNOS DE GEOGRAFIA ANO LECTO DE 2000/2001

J. M. Pereira de Oliveira*

Mais uma vez – quase já uma tradição – os meus Colegas me convidam para me juntar a eles nesta despreziosa mas muito significativa sessão de acolhimento dos novos Alunos de Geografia.

Antes de mais quero dizer-vos que esta sessão destinada a marcar o vosso acolhimento, no meu entender, é uma espécie de reunião de Família, na qual o mais velho e os menos velhos vêm acolher os rebentos novos, como os jardineiros vão olhar aos seus jardins os botões, que serão, como diz o Poeta, “um antemanhã, confuso nada” (passe o exagero que não pretende ofender ninguém) ou, talvez melhor, parafraseando um outro Poeta não menos conhecido, essa sempre pensada e desejada colheita dos “geógrafos haver”.

Só este sentido de reunião familiar de uns tantos que têm vindo a ser, primeiro uma grande esperança, depois se fizeram uma segura certeza, e agora sob esse condão dos laços de amizade, camaradagem e sentido das responsabilidades continuamente acrescidas, se aprestam a renovar o labor na esperança acrescida, ela também, na futura colheita de geógrafos que todos vós sem excepção, à partida, representais.

Eu sou só o mais velho de todos. Espécie de avô já um tanto cansado mas sempre feliz quando vê a Escola que me fez, ter perspectivas de continuar a sua luta, sobretudo a renovar-se, a expandir-se no respeito pelo rigor que a Ciência que cultiva impõe e na persecução desse *mumus* muito particular que é o ajudar cada um a levantar-se da esperança que hoje é, na justeza e na força do cidadão e do profissional que desejará ser.

Era suposto, creio, que vos dissesse algo além do circunstancial. Isso impôs-me alguma reflexão, até porque devo ser breve.

Poderia tentar fazer-vos o ponto de situação de qual-quer das problemáticas do conjunto de saberes que é imaginável terem sido os das minhas preocupações docentes

que, como presumo devem saber, acabaram há dois anos.

A segunda, seria escolher dentre algumas das minhas preocupações actuais, uma que pudesse, pela sua importância – talvez mais correctamente – despertar o vosso interesse.

Na verdade, foi por esta segunda hipótese que optei.

O que é verdade é que ultimamente, mesmo antes do referido abandono das actividades docentes forçado pela lei, já eu vinha a encaminhar as minhas reflexões no sentido de um esforço epistemológico, isto é, um esforço de análise crítica das preocupações científicas em si mesmas, embora numa perspectiva concernente à sua crescente aplicabilidade. A Epistemologia, de resto, constituindo-se como uma doutrina dos fundamentos e métodos do conhecimento científico, *distingue-se mais facilmente da Lógica e da Psicologia porque visa o valor e o significado da realidade e dos problemas da verdade e da validade.*

Mas, porquê? Mas qual a razão desta atitude?

Não há dúvida que o progresso do Saber, o mesmo é dizer, do mais inestimável, mais específico dos patrimónios da Humanidade, se deve essencialmente a duas linhas condutoras de todo o esforço teórico ou de explicação vivido.

Como lapidarmente o exprimiu Camões, uma dessas duas linhas é a que resulta do “saber de experiência feito” que directamente e em imediato existe em todos os animais, embora em graus de diferente profundidade; a segunda é a que provém da capacidade complementar, só própria dos humanos, chamada criatividade inovadora e de crítica da própria racionalidade diferenciadora, particularmente temperada pela vertente de natureza afectiva que sublima e transforma os instintos puramente animais que em todos nós existem.

Naturalmente este considerando é próprio de um longo e irreprimível progresso, tanto material como mental, em contraponto contínuo, feito ao longo dos tempos de escala geológica, numa confrontação irredutível, marcando estádios e períodos na evolução histórica e civilizacional da Humanidade.

* Professor Catedrático Jubilado. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

O *Ramapitecus* é possivelmente o mais antigo dos hominídeos e os paleontólogos admitem já com alguma segurança técnica que terá vivido há 12 ou 13 milhões de anos. Um recente achado coloca um exemplar de um *Australopitecus* entre os 2,5 a 3,5 milhões de anos e, até ao *Homo sapiens sapiens* dos nossos dias é todo um longo e quiçá penoso caminho.

Encurtando, creio que pode dizer-se sem grande atrevimento, que as guardiãs e as mentoras da evolução dos saberes que ao longo dos tempos se foram caldeando até chegarmos aos nossos dias a um conceito intrinsecamente mais abrangente, mas não menos absorvente, foram as Escolas e particularmente já nos alvares do 2º milénio, as Universidades, no seu *munus* de investigação e progresso dos saberes e na vertente não menos importante de os suscitar e os transmitir criticamente. Isto, porém, sem menosprezar as capacidades exteriores às Escolas, nem outorgar privilégios a estas. Pelo contrário, foi-lhes sempre acrescentando sim, as responsabilidades.

Não resisto a ler-vos um pequeno acervo de frases de profundo significado, que se devem a Albert Einstein, recentemente considerado o Homem que mais profundamente marcou o século passado.

Dizem assim:

Não basta preparar o homem para o domínio de uma especialidade qualquer. Passará a ser então uma espécie de máquina utilizável, mas não uma personalidade perfeita. O que importa é que tenha um sentido atento para o que for digno de esforço, e que for belo e moralmente bom (...)

Isto quer dizer que o verdadeiro fim de uma aprendizagem especializada não é aceder a uma cultura, que, por definição, com maior ou menor profundidade, é integradora. Uma especialidade, normalmente tende a ser redutora.

Mas continua o sábio físico:

Estes valores são transmitidos à jovem geração pelo contacto pessoal com os professores, e não – ou pelo menos não primordialmente – pelos livros de ensino. São os professores, antes de mais nada, que desenvolvem e conservam a cultura, (...)

Quer dizer, o ensino livresco muitas vezes debitado por memória e sem comentários críticos da própria reflexão, sobre a experiência vivida, a experiencição – lá onde ela é possível – e ainda do autodidatismo, só em casos muito raros conduz a uma cultura equilibrada.

E continua:

A importância dada ao sistema de competição e à especialização precoce, sob pretexto da utilidade imediata, é o que mata o espírito de que depende toda a actividade cultural e até mesmo do próprio florescimento das ciências da especialização. (...)

É que a Cultura pressupõe uma contínua reflexão que nasce de uma insatisfação pessoal que ela própria suscita e pede.

Enfim:

O ensino deve ser de modo a fazer sentir aos alunos que aquilo que se lhes ensina é uma dádiva preciosa e não uma amarga obrigação.

Uma dádiva preciosa – escreveu Einstein – como um património que é uma herança recebida, que devemos acrescentar e repartir pelos outros no sentido mais nobre de uma continuada doação, tal como os Pais devem fazer com os próprios filhos.

Como é óbvio, é preciso dar às sábias palavras de Einstein a latitude da síntese, pois não podem compreender-se perfeitamente fora do seu contexto, das circunstâncias condicionantes ou mesmo fora do espírito da língua em que as pensou e escreveu. Mas sem dúvida serão a síntese perfeita do aviso que eu aqui hoje muito singelamente gostaria de poder deixar-vos sem os maçar.

As palavras que escrevi e agora vos leio levam-me a pensar em finalidades, riscos e desenvolvimento. Porque a ciência que se estuda e faz progredir não é uma torre de marfim. Embora seja um bem em si próprio, é evidente que normalmente é passível de uma certa aplicabilidade.

Antes de mais, tudo quanto se faz durante a nossa vida pressupõe uma finalidade. É um axioma básico, tal como o axioma da não contradição da lógica aristotélica, *uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo*, ou ainda outro, *qualquer coisa terá sempre uma razão ou uma causa*, como ensinou o matemático Leibniz.

É incontornável este facto mas, aparentemente, nem sempre se tem plena consciência disso.

Há finalidades que nem a nós próprios gostamos de confessar. Quer dizer que, se há sempre uma finalidade no que se faz, nem sempre essa finalidade é indiscutível ou aceitável. Todavia, a perspectiva teleológica, isto é das finalidades, é imprescindível para a indispensável compreensão global dos factos que registamos. Estes, entretanto, resultam de um todo complexo de “actores” – elementos e factores – que normalmente formam redes que se interactivam e das quais ocorrem “espaços” específicos de consequência.

O âmago da questão reside na circunstância de que há no género humano, pelo menos, duas espécies de consciência.

Uma delas é a que nos permite “conhecer” o mundo exterior a nós próprios e o que nele, todos, fazemos.

Ainda que de forma mitigada – introspectivamente – também nos permite conhecer quem somos e o que somos.

A outra “preocupa-se” com uma espécie de “juízo” do que conhecemos e do que todos fazemos e, também em parte, do que somos.

Quer dizer, situa-nos numa perspectiva de valores e princípios adquiridos e reconhecidos como padrões de civilização que a Humanidade foi vivencialmente preservando, afinando, acrescentando e transmitindo de geração em geração, embora sempre num contexto que Ortega y Gasset sintetizou ao considerar a realidade concreta do Homem, sempre como “el hombre y sus circunstancias”, isto é, a inseparabilidade do Homem dos condicionamentos naturais, temporos-espaciais e mentais - racionalidade e afectividade.

Se dormimos ou desmaiamos, perdemos a consciência e nada podemos conhecer ou reconhecer durante esse tempo em que dormimos ou desmaiamos; se não “usamos” a outra espécie de consciência dita moral, negamos a possibilidade de “julgar” segundo os valores-padrão tudo aquilo que fazemos ou simplesmente conhecemos.

Ao contrário dos animais não racionais, o Homem é dotado da capacidade desse “instrumento” crítico que não tem carácter biológico, como se fora mais um dos instintos naturais, porque radica na racionalidade ou seja na capacidade – que só o homem tem – de razão.

Por definição, os instintos são amorais e mesmo certas atitudes e modos de viver e conviver entre os irracionais – formas que por vezes classificamos em jeito antropomórfico de “sentimentos” - não passam de puros ditames genéticos.

Ora, se os saberes afinal têm a sua raiz na consciência que adquirimos dos factos a que damos origem ou dos fenómenos que observamos, e que através de um esforço metodológico, tentamos explicar fazendo aumentar o conhecimento que de tudo vamos tendo, esses mecanismos que diríamos ser de teorização, em face da consciência moral que os julga, não são normalmente rejeitados em si mesmos, na perspectiva do “saber pelo saber”, mas podem ser rejeitados ou não, no plano da consciência moral que decorre da análise das suas outras potenciais finalidades, quando estas se manifestam.

Entre tantos outros, um exemplo é já hoje clássico.

Para o próprio Einstein - que em carta escrita ao então Presidente Roosevelt dos EUA lhe solicitou o apoio para a então nascente investigação nuclear e cujas teorias permitiram que outros Colegas conseguissem tecnicamente dominar a capacidade de libertação artificial da energia daquela origem - quando se apercebeu do que poderia suceder, quando a sua consciência moral julgou o risco potencial de destruição cega que nascera dos saberes que ele próprio criara, tentou dissuadir o Presidente Truman a parar o processo e, sobretudo, a não utilizar a primeira bomba atómica.

Truman, no entanto, entendeu que a finalidade primordial era acabar com a guerra mundial em que o seu País estava, com outros, terrivelmente envolvido e não atendeu ao pedido.

A questão reside pois no problema da natureza das próprias finalidades, sendo certo que – como se disse – não há nada que se faça - no sentido mais amplo que se possa dar ao fazer, ao realizar, ao pensar - sem finalidade e a destrição entre as diferentes finalidades que possam assacar-se a qualquer facto e particularmente a qualquer saber, depende sempre do julgamento dos valores em confronto.

Quando Einstein – como acima dissemos – se viu perante os resultados potenciais dos saberes que proporcionou, agiu, não no sentido de negar as teorias que cientificamente lhe deram origem, mas sim reagiu no sentido do imoral aproveitamento a vários níveis que delas poderiam vir a tirar-se e, infelizmente, vieram, inacreditavelmente, a concretizar-se.

Os riscos consequentes à sua utilização que Einstein previra, acabaram por ter um preço terrivelmente alto para o fim da guerra.

Este exemplo é suficiente para que se possa pensar que, em si mesmo, nas terríveis consequências do sucedido se espera que haja a memória eterna tanto das vítimas que ocasionou quanto das potenciais vítimas de toda a ordem que poderão criar-se por, num momento, num instante de inconsciência de um outro qualquer homem, ou numa qualquer outra circunstância extrema, as páginas da História da Humanidade possam novamente vir a abrir-se para registar semelhante facto, se houver quem reste para que possa vir a escrevê-las.

Mas, se estes exemplos de extremos, são perigosamente alarmantes e dolorosos, há, a outras escalas e situações menos patéticas, exemplos não menos perigosos, quicá mais insidiosos.

São tão complexas, tão variadas, as potenciais situações de confronto entre o progresso dos saberes e a consciência moral sobre o seu grau de aplicabilidade, que se impõe considerar com serena mas firme resolução, continuamente, o não menos complexo problema das finalidades desse progresso, sobretudo face aos riscos previsíveis quando o seu móbil for afinal o da sua utilização pré-definida.

Claro que é evidente – tal como se afirma no velho ditame latino – que *errare humanum est*. Mas, se é verdade isto, não menos o é dizer que só o Homem tem livre arbítrio, só ele é dotado de capacidade de raciocínio, só ele pode escolher os passos que dá e, sobretudo, só ele é dotado de consciência moral, só ele pode escolher, criar, sublimar, abandonar ou refazer, os valores-padrão com

que pauta a sua capacidade de auto-julgar-se e julgar os seus semelhantes nos seus actos e no próprio pensamento, só ele é um *ente de civilização*.

Por outro lado cada homem situado em sociedade, tem como contínuo referente uma convivência com os outros, com maior ou menor intimidade, sendo certo que os meios de comunicação alargaram já quase até ao nível do global essa convivência. Quer dizer, todos somos hoje “participantes” passivos ou intervenientes, na globalidade da sociedade dos homens. Opinamos com espantosa facilidade sobre o que se passa no mundo e por todos os lados a avidez de informação é evidente.

Naturalmente, nada disto é anormal. É mesmo muito desejável que o acesso à correcta informação seja não só ampliado como se torne comum a todos.

A diferença reside simplesmente no facto de que o grau de conhecimento que se obtém dessa informação global deve ser ele próprio julgado pela consciência moral de cada um. Em duas palavras, o sentido real do progresso do conhecimento resultante da crescente informação é que ele é directamente proporcional ao grau de consciência da responsabilidade de cada um perante os outros.

Sócrates, filósofo e pedagogo, da Grécia Clássica, através dos escritos de Platão e Xenofontes, seus discípulos, legou à Humanidade alguns dos pensamentos mais profundos sobre o significado e finalidade essencial da vida humana e a forma de vivê-la dignamente.

Autores há que referem dar ele pouca importância à Ciência, pois afirmara, a propósito, que *só sei que nada sei*. Mas, pedagogo profundo e inovador metodológico, *era no contacto discursivo dos diálogos que estabelecia com os seus discípulos, usando normalmente a ironia e por vezes a maiêutica, através de questões que lhes propunha ou exemplos intuitivos, levava-os a pensarem por si próprios, ajudando-os a desenvolver as suas capacida-*

des intelectuais, libertando-os do jugo de uma informação e de saberes que lhes poderiam ser transmitidos, sem que eles próprios os fizessem passar pelos crivos da sua reflexão crítica.

Aqui atrevemo-nos a ver um certo paralelismo no sentido pedagógico do filósofo grego com o do físico alemão.

Poderemos sem dúvida e sem grande arrojo, uni-los sobre a compreensão basilar de todo o esforço que a Humanidade tem vindo paulatinamente a fazer para o seu progresso, isto é, para o seu desenvolvimento integral. De facto o que ambos propugnavam era um ensino-aprendizagem completo, sobretudo no sentido ético, que deveria concretizar-se num todo - personalidade e carácter - onde os saberes fossem adquiridos por cada indivíduo através de uma participação activa e interessada, conduzindo-o a ele próprio a construir a sua distinção individual por uma formação pautada pela consciência moral que haveria de configurar a sua realidade social integrada de cidadão.

Segundo a sua maneira de encarar o conhecimento, dizia que *seriam precisas mais escolas do que prisões*.

Acho que abusei um pouco da vossa paciência mas nesta abertura de ano eu não deveria, nem ir mais longe, nem desviar-me daquilo que 37 anos de ensino me deixaram de mais válido: uma consciência mais tranquila de ter feito o melhor que pude e o reconhecimento muito grato daquilo que me foi dado conhecer e aprender no convívio e na amizade com toda a sempre crescente e renovada Família dos Geógrafos Portugueses e Estrangeiros.

Agora ao olhar-vos tenho também a certeza que essa Família continuará crescendo.

Sejam muito felizes!

16 de Outubro de 2000